



RELATÓRIO E PARECER DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS VINCULADOS A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

A Unidade Central de Controle Interno, atendendo ao que determina o art. 2º, inciso II, letra “b”, da Resolução nº 962/2012, do Tribunal de Contas do Estado, apresenta o Relatório sobre a aplicação dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, no exercício de 2014, destacando as atividades previstas e aquelas efetivamente executadas.

ORÇAMENTO

A Lei Orçamentária Anual nº. 1.963/2013, de 10 de dezembro de 2013, no exercício de 2014 arrecadou proveniente de arrecadação de Impostos, Transferências e Dívida Ativa Tributária, o montante de R\$ 13.151.129,58.

De acordo com o artigo 212 da Constituição Federal, caput do artigo 69 da Lei nº 9.394/96 e Lei Orgânica Municipal, o percentual a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino (M.D.E.) é 25% em relação arrecadação da receita.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Analisados os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, constatamos que o Município despendeu, efetivamente, no exercício financeiro de 2014, o montante de R\$ 3.684.375,09 o qual representa 28,02% das receitas tributárias, compreendidas as transferências constitucionais, atendendo ao artigo 212 da Constituição Federal, conforme se demonstra a seguir:

a) Recursos Vinculados cfe art. 212 da CF .

Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB)	
Subtotal a partir das contas	R\$ 13.151.129,58
Base de Cálculo constitucional da Receita da Educação 25%	R\$ 3.287.782,39



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINZE DE NOVEMBRO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2

Durante o exercício foram realizadas despesas computáveis conforme discriminado abaixo:

Despesa constitucional com Educação (MDE + FUNDEB) por recurso:

20 MDE - Ensino Fundamental	R\$	1.022.175,52
20 MDE - Educação Infantil	R\$	381.146,59
31 FUNDEB - Ensino Fundamental	R\$	1.258.832,64
31 FUNDEB – Educação Infantil	R\$	155.119,23
Total	R\$	2.817.273,98

Cálculo da Despesa Constitucional com Educação	
Mais perda FUNDEB	870.872,45
Menos Desp. Liq. com Rend. da MDE e FUNDEB	- 3.771,34

Percentual Aplicado 28,02% num montante de R\$ 3.684.375,09

b) Desempenho do F U N D E B:

O Município, no exercício de 2014, em função do número de alunos matriculados no ensino fundamental foi deficitário em relação ao FUNDEB, conforme se demonstra a seguir:

1.7.2.4.01.00.00 – Transferências do FUNDEB	R\$ 1.498.719,49
9.7.2.0.00.00.00 – Dedução de Receita para o FUNDEB	R\$ 2.365.821,14
Resultado (Déficit)	R\$ 867.101,65

Fonte: Anexo 10 – Lei 4320/64

c) Aplicação dos Recursos:

O gasto com a educação, compreendendo a despesa empenhada na função 12, no exercício de 2014, compreende o constante no balancete da Gerencia Desenvolvimento Humano - Educação e pode ser visualizado no seguinte quadro demonstrativo:

Projeto / Atividade	Valor Empenhado
Ensino Fundamental	R\$ 1.022.175,52
Educação Infantil	R\$ 381.146,59



Ensino Fundamental – FUNDEB	R\$ 1.258.832,64
Educação Infantil - FUNDEB	R\$ 155.119,23
T O T A L Empenhado ----->	R\$ 2.817.273,98
Mais Perda com FUNDEB	R\$ 870.872,45
(-) Desp. Líq. Com Rend. Da MDE e FUNDEB	R\$ 3.771,34
Total	R\$ 3.684.375,09

Conclui-se, portanto, que foi aplicado o mínimo de 25% estabelecido no art. 212 da CF.

d) Aplicação Mínima de 60% na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental:

Para fins de verificação do cumprimento do disposto no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) verificou-se que, do total dos recursos aplicados na forma do art. 212 da C.F., o valor referente a despesas com o Ensino Fundamental ultrapassa o percentual mínimo de 60% previsto, atendendo ao dispositivo legal.

e) Remuneração dos Professores:

Verificando o cumprimento do art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, referente a aplicação de uma parcela não inferior a 60% dos recursos recebidos FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício de suas atividades na educação básica pública, temos que o Município, efetivamente, no exercício de 2014 despendeu o montante de R\$ 2.281.052,98 nessas rubricas, representando 100% dos recursos recebidos do FUNDEB para a remuneração dos Profissionais do Magistério, atendendo ao dispositivo legal supra citado.

f) Prestação de Contas e Atuação do Conselho do FUNDEB:

Para fins de verificação do cumprimento dos arts. 24 e 25 da Lei Federal 11.494/2007, temos que:



- O Município, através da Lei Municipal nº 1.295/2007, criou o conselho municipal de acompanhamento, controle social, comprovação e fiscalização dos recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - Conselho do FUNDEB, dando posse a atual nominata de membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB através da Portaria Municipal nº 4.559/2013, de 28 de outubro de 2013;

- Os registros contábeis, balancetes, relatórios, demonstrativos de despesas realizadas bem como outras informações financeiras relativas aos recursos repassados e recebidos à conta do FUNDEB foram elaborados, publicados e divulgados de acordo com as normas vigentes, e também colocados à disposição do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;

- Mediante o exame das atas de reunião, e demais relatórios elaborados, verificamos a efetiva atuação dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB os quais analisaram a aplicação dos recursos do fundo, em conformidade com o estabelecido na legislação, sendo observado que em 31 de dezembro de 2014 havia um saldo de R\$ 86.186,91, correspondente a 5,94% do recurso recebido, estando o saldo fora do limite de reprogramação que, de acordo com o § 2º do art. 212 da lei 11.494, de 20 de junho de 2007, pode ser de no máximo 5% do valor do recurso recebido. Este saldo ficou superior pois foi creditado no mês de dezembro/2014, quando a folha de pagamento já havia sido executada/paga.

PARECER

Tendo em vista o exposto, em que considerados os dados extraídos dos demonstrativos contábeis do Município, tem-se que o valor aplicado em M.D.E., de acordo com as normas constitucionais e legais referidas, alcança o montante de R\$ 3.684.375,09, provenientes de impostos municipais e das transferências constitucionais, atingiu o percentual de 28,02%, no exercício de 2014.



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINZE DE NOVOEMBRO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Diante do exposto, o órgão de Controle Interno emite parecer pela regularidade da gestão dos recursos vinculados a M.D.E.

Quinze de Novembro, RS, 16 de março de 2015.

Moacir Maurer
Coordenador do Controle Interno